



Magazine Luiza S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações dos valores adicionados	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis	16



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Magazine Luiza S.A.**

Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e



cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 Leases) – Controladora e Consolidado

Ver notas explicativas nº 4 e 5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas mantêm compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas, sedes administrativas, centros de distribuição, dentro outros.</p> <p>O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 – Leases), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu requerimentos contábeis complexos que servem de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento, e estão relacionados à: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; iii) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos.</p> <p>Devido ao volume de contratos, ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019,</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do processo da administração para identificação dos contratos de arrendamento e os controles implementados para captura das informações dos contratos de arrendamentos necessárias para mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento.– Avaliação, com o auxílio de especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas.– Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arrendamentos e valores considerados na mensuração com os respectivos contratos, bem como avaliamos a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela Companhia para determinação dos prazos de arrendamento, incluindo a avaliação da Companhia quanto a razoável certeza de renovações contratuais.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos</p>

<p>consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>ajustes que afetariam a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento os quais não foram registrados pela administração por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
---	--

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – individual e consolidado

Veja notas explicativas nº 4, 12 e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício de 2019, a Companhia e sua controlada NS2.com Internet S.A. (Netshoes) tiveram transitado em julgado no Supremo Tribunal Federal os processos referentes a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo à Companhia e à referida controlada, o direito de reaverem os valores já recolhidos e não prescritos de PIS e COFINS, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS em montantes relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração, o valor líquido ou bruto do imposto destacado na nota fiscal e outras informações conforme a documentação que suporta o crédito. Adicionalmente, o processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de operações, uma alta complexidade das transações, bem como julgamentos significativos da administração sobre as modalidades de ICMS que originaram os créditos tributários registrados. Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do processo da administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários em conjunto com nossos especialistas tributários. – Avaliação, com auxílio de nossos especialistas tributários e legais, da documentação da decisão judicial (trânsito em julgado), as opiniões legais emitidas, os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e sua controlada sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados. – Em base amostral, recalculamos o montante de crédito e solicitamos documentação suporte dos itens selecionados para teste documental. – Analisamos a estimativa de recuperação dos créditos tributários registrados, bem como sua apresentação entre ativos circulantes e não circulantes.

<p>nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>– Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a apresentação dos créditos tributários os quais não foram registrados pela administração por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração de crédito de ICMS na base de cálculo PIS e COFINS, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
---	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a



este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai

Contadora CRC 1SP249703/O-5

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	180.799	548.553	305.746	599.087
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	4.446.143	409.111	4.448.158	409.111
Contas a receber	9	2.769.649	2.024.685	2.915.034	2.051.557
Estoques	10	3.509.334	2.790.726	3.801.763	2.810.248
Contas a receber de partes relacionadas	11	373.995	193.635	370.036	190.190
Tributos a recuperar	12	777.929	299.746	864.144	303.691
Outros ativos		99.166	46.357	136.280	48.506
Total do ativo circulante		12.157.015	6.312.813	12.841.161	6.412.390
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	-	-	214	214
Contas a receber	9	14.314	7.571	16.842	7.571
Tributos a recuperar	12	1.039.684	150.624	1.137.790	150.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	171.488	12.712	181.012
Depósitos judiciais	22	428.042	349.228	570.142	349.239
Outros ativos		9.030	32.442	11.003	34.154
Investimentos em controladas	14	935.573	146.703	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	15	305.091	308.462	305.091	308.462
Direito de uso de arrendamento	5	2.203.827	-	2.273.786	-
Imobilizado	16	992.372	749.463	1.076.704	754.253
Intangível	17	526.869	501.539	1.545.628	598.822
Total do ativo não circulante		6.454.802	2.417.520	6.949.912	2.384.351
Total do ativo		18.611.817	8.730.333	19.791.073	8.796.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	5.413.546	4.068.459	5.934.877	4.105.244
Empréstimos e financiamentos	19	8.192	130.685	9.967	130.743
Salários, férias e encargos sociais		309.007	250.792	354.717	258.983
Tributos a recolher		307.695	135.384	352.008	140.979
Contas a pagar a partes relacionadas	11	152.094	125.353	152.126	125.383
Arrendamento mercantil	5	311.960	-	330.571	-
Receita diferida	20	39.157	39.157	43.036	39.157
Dividendos a pagar	23	123.566	182.000	123.566	182.000
Outras contas a pagar	21	537.825	403.805	701.719	406.109
Total do passivo circulante		7.203.042	5.335.635	8.002.587	5.388.598
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	838.862	323.402	838.862	325.224
Arrendamento mercantil	5	1.893.790	-	1.949.751	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	3.725	-	39.043	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	767.938	377.444	1.037.119	387.355
Receita diferida	20	339.523	390.980	356.801	390.980
Outras contas a pagar	21	-	-	1.973	1.712
Total do passivo não circulante		3.843.838	1.091.826	4.223.549	1.105.271
Total do passivo		11.046.880	6.427.461	12.226.136	6.493.869
Patrimônio Líquido					
Capital social	23	5.952.282	1.719.886	5.952.282	1.719.886
Reserva de capital		323.263	52.175	323.263	52.175
Ações em tesouraria		(124.533)	(87.015)	(124.533)	(87.015)
Reserva legal		109.001	65.644	109.001	65.644
Reservas de lucros		1.301.756	546.851	1.301.756	546.851
Ajuste de avaliação patrimonial		3.168	5.331	3.168	5.331
Total do patrimônio líquido		7.564.937	2.302.872	7.564.937	2.302.872
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.611.817	8.730.333	19.791.073	8.796.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	24	18.491.861	15.385.737	19.886.310	15.590.444
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	25	(13.464.405)	(10.941.965)	(14.332.349)	(11.053.022)
Lucro bruto		5.027.456	4.443.772	5.553.961	4.537.422
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	26	(3.134.586)	(2.713.474)	(3.444.112)	(2.747.447)
Gerais e administrativas	26	(534.573)	(557.944)	(701.587)	(596.143)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(69.676)	(59.737)	(75.993)	(59.737)
Depreciação e amortização	16 e 17	(438.009)	(161.811)	(486.975)	(163.690)
Resultado de equivalência patrimonial	14 e 15	79.730	61.841	26.607	57.757
Outras receitas operacionais, líquidas	26 e 27	352.031	49.608	416.662	53.389
		(3.745.083)	(3.381.517)	(4.265.398)	(3.455.871)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.282.373	1.062.255	1.288.563	1.081.551
Receitas financeiras		614.301	149.528	640.917	133.929
Despesas financeiras		(681.290)	(426.546)	(711.330)	(428.617)
Resultado financeiro	28	(66.989)	(277.018)	(70.413)	(294.688)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		1.215.384	785.237	1.218.150	786.863
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	(293.556)	(187.808)	(296.322)	(189.434)
Lucro líquido do exercício		921.828	597.429	921.828	597.429
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		921.828	597.429	921.828	597.429
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	23	0,569	0,395	0,569	0,395
Diluído (reais por ação)	23	0,562	0,392	0,562	0,392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	921.828	597.429
Items que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes - ORA	6.001	38
Efeito dos impostos	(2.318)	227
Total	3.683	265
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	(8.858)	3.648
Efeito dos impostos	3.012	(1.241)
Total	(5.846)	2.407
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(2.163)	2.672
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	919.665	600.101
Atribuível a:		
Acionistas controladores	919.665	600.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota Explicativa	Reservas de Lucro									Total
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de reforço de Capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Reservas de Incentivos fiscais	Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	220.072	-	68.299	-	2.659	2.073.977
Dividendos declarados	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Plano de ações	-	17.673	-	-	-	-	-	-	-	17.673
Ações em tesouraria	-	-	(87.984)	-	-	-	-	-	-	(87.984)
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de ações	-	(2.592)	14.924	-	-	-	-	-	-	12.332
Adoção inicial IFRS 9 e 15 na controladora	-	-	-	-	(24.411)	-	-	-	-	(24.411)
Adoção inicial IFRS 9 em controlada em conjunto	-	-	-	-	(56.816)	-	-	-	-	(56.816)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	597.429	-	597.429
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	25.722	-	-	-	(25.722)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(182.000)	-	(182.000)
Reservas de lucros	-	-	-	-	306.716	-	82.991	(389.707)	-	-
	1.719.886	52.175	(87.015)	65.644	395.561	-	151.290	-	2.659	2.300.200
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	2.672	2.672
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.719.886	52.175	(87.015)	65.644	395.561	-	151.290	-	5.331	2.302.872
Emissão de ações ordinárias	23	4.300.000	-	-	-	-	-	-	-	4.300.000
Gastos com emissões de ações, líquidas de impostos	23	(67.604)	-	-	-	-	-	-	-	(67.604)
Plano de ações	23	-	92.126	-	-	-	-	-	-	92.126
Ações em tesouraria adquiridas	23	-	-	(142.773)	-	-	-	-	-	(142.773)
Ações em tesouraria vendidas	23	-	178.962	105.255	-	-	-	-	-	284.217
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	921.828	-	921.828
Destinações:										
Reserva legal	23	-	-	43.357	-	-	-	(43.357)	-	-
Juros sobre capital próprio declarados	23	-	-	-	-	170.000	-	(170.000)	-	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	167.348	-	(290.914)	-	(123.566)
Reservas de lucros	23	-	-	-	362.860	-	54.697	(417.557)	-	-
	4.232.396	271.088	(37.518)	43.357	362.860	337.348	54.697	-	-	5.264.228
Outros resultados abrangentes:										
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.163)	(2.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.952.282	323.263	(124.533)	109.001	758.421	337.348	205.987	-	3.168	7.564.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		921.828	597.429	921.828	597.429
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	13	293.556	187.808	296.322	189.434
Depreciação e amortização	5, 16 e 17	438.009	161.811	486.975	163.690
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos provisionados	5 e 19	198.545	49.714	203.736	49.714
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(30.083)	(18.299)	(30.098)	(18.299)
Equivalência patrimonial	14 e 15	(79.730)	(61.841)	(26.607)	(57.757)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		348.246	130.212	331.898	130.550
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	431.730	98.428	452.133	95.113
Resultado na venda de ativo imobilizado	27	(4.986)	88	(4.986)	88
Apropriação da receita diferida	27	(51.457)	(76.947)	(53.255)	(76.947)
Despesas com plano de opção de ações		75.151	17.673	84.358	17.673
Lucro líquido do exercício ajustado		2.540.809	1.086.076	2.662.304	1.090.688
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(855.983)	(910.101)	(885.488)	(925.580)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		(4.006.949)	867.363	(4.008.899)	867.149
Estoques		(967.469)	(878.508)	(1.026.647)	(882.998)
Contas a receber de partes relacionadas		(168.839)	(98.920)	(168.325)	(92.707)
Tributos a recuperar		(1.367.243)	(85.443)	(1.467.118)	(85.919)
Outros ativos		(99.631)	2.406	(127.171)	2.962
Varição nos ativos operacionais		(7.466.114)	(1.103.203)	(7.683.648)	(1.117.093)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		1.345.087	1.170.434	1.409.920	1.185.107
Salários, férias e encargos sociais		58.215	18.972	63.428	19.946
Tributos a recolher		98.960	22.170	119.687	22.420
Contas a pagar a partes relacionadas		26.741	32.548	26.743	32.543
Outras contas a pagar		130.489	74.045	102.902	71.778
Varição nos passivos operacionais		1.659.492	1.318.169	1.722.680	1.331.794
Imposto de renda e contribuição social pagos		(52.129)	(96.622)	(52.129)	(100.589)
Recebimento de dividendos		23.848	39.444	21.238	31.364
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.294.094)	1.243.864	(3.329.555)	1.236.164
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	(396.221)	(284.531)	(399.429)	(285.072)
Aquisição de ativo intangível	17	(107.150)	(76.490)	(122.085)	(79.334)
Aumento de capital em controladas	14	(275.000)	(46.332)	-	(30.000)
Investimento em controlada, líquido do caixa adquirido		(475.856)	(3.212)	(407.072)	294
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.254.227)	(410.565)	(928.586)	(394.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	798.944	-	798.944	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(407.247)	(412.590)	(607.002)	(412.590)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	(49.560)	(53.157)	(52.320)	(53.157)
Pagamento de arrendamento mercantil	5	(205.695)	-	(214.309)	-
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	5	(147.715)	-	(152.353)	-
Pagamento de dividendos		(182.000)	(114.273)	(182.000)	(114.273)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	23	141.445	(75.652)	141.445	(75.652)
Recursos provenientes da emissão de ações	23	4.300.000	-	4.300.000	-
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos	23	(67.605)	-	(67.605)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		4.180.567	(655.672)	3.964.800	(655.672)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(367.754)	177.627	(293.341)	186.380
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		548.553	370.926	599.087	412.707
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		180.799	548.553	305.746	599.087
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(367.754)	177.627	(293.341)	186.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	21.611.120	17.853.991	23.312.470	18.089.439
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(69.676)	(59.737)	(75.993)	(59.737)
Outras receitas operacionais	560.561	63.125	654.037	66.912
	22.102.005	17.857.379	23.890.514	18.096.614
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(14.734.096)	(11.628.141)	(15.577.346)	(11.739.569)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.943.257)	(1.456.354)	(2.273.691)	(1.503.073)
Perda e recuperação de valores ativos	(143.479)	(44.203)	(143.680)	(44.541)
	(16.820.832)	(13.128.698)	(17.994.717)	(13.287.183)
Valor adicionado bruto	5.281.173	4.728.681	5.895.797	4.809.431
Depreciação e amortização	(438.009)	(161.811)	(486.975)	(163.690)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.843.164	4.566.870	5.408.822	4.645.741
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	79.730	61.841	26.607	57.757
Receitas financeiras	614.301	149.528	640.917	133.929
Valor adicionado total a distribuir	5.537.195	4.778.239	6.076.346	4.837.427
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	1.228.902	992.772	1.338.652	1.010.082
Benefícios	361.209	255.431	390.164	258.282
FGTS	104.012	86.841	113.553	88.293
	1.694.123	1.335.044	1.842.369	1.356.657
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	557.168	719.926	689.134	729.386
Estaduais	1.558.901	1.280.216	1.746.614	1.303.768
Municipais	73.098	53.648	79.047	55.275
	2.189.167	2.053.790	2.514.795	2.088.429
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	588.038	354.119	637.474	355.585
Aluguéis	80.439	374.707	89.299	375.598
Outras	63.600	63.150	70.581	63.729
	732.077	791.976	797.354	794.912
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	460.914	182.000	460.914	182.000
Lucro retidos	460.914	415.429	460.914	415.429
	921.828	597.429	921.828	597.429
	5.537.195	4.778.239	6.076.346	4.837.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 15), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 1.113 lojas e 17 centros de distribuição (954 lojas e 12 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2018) localizados em todas as regiões do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.epocacosmeticos.com.br e, tendo em vista a aquisição do Grupo Netshoes (nota explicativa 14), os sites www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br e www.shoestock.com.br.

Em 14 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2019	2018
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Softbox Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Certa Administração	Marketplace de serviços financeiros	100%	100%
Kelex Tecnologia	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	-
Magalu Pagamentos	Instituição de Pagamentos da Companhia	100%	-

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, exceto pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e cujas políticas e impactos estão divulgados na nota explicativa 5.

3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

iii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de

compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.5. Benefício de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

3.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 5.1 – prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação;e
- Nota explicativa 12 – determinação dos créditos tributários incluídos nas ações judiciais transitadas em julgado.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 – Taxa de desconto aplicada no CPC 06(R2)/IFRS 16;
- Nota explicativa 9 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 10 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;
- Nota explicativa 13 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 14 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- Nota explicativa 16 e 17- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração;
- Nota explicativa 17 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;
- Notas explicativas 22 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 30 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

5.1 Adoção inicial do CPC 06 R2/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

i) Políticas contábeis

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

ii) Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi rerepresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R2)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial. Para os arrendamentos classificados como financeiros segundo CPC (R1)/IAS 17, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 7,76% a.a. a 8,00% a.a. na Controladora e de 12,13% a.a. na Netshoes.

iii) Impactos da adoção inicial nas demonstrações financeiras

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após Adoção Inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após Adoção Inicial
	01/01/2019	IFRS16	01/01/2019	01/01/2019	IFRS16	01/01/2019
Ativo						
Circulante						
Total do ativo circulante	6.312.813	-	6.312.813	6.412.390	-	6.412.390
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	171.488	-	171.488	181.012	-	181.012
Direito de uso - arrendamento	-	1.947.468	1.947.468	-	1.947.468	1.947.468
Demais ativos	2.246.032	-	2.246.032	2.203.339	-	2.203.339
Total do ativo não circulante	2.417.520	1.947.468	4.364.988	2.384.351	1.947.468	4.331.819
Total do ativo	8.730.333	1.947.468	10.677.801	8.796.741	1.947.468	10.744.209
Passivo						
Circulante						
Arrendamento mercantil	-	224.642	224.642	-	224.642	224.642
Demais passivos	5.335.635	-	5.335.635	5.388.598	-	5.388.598
Total do passivo circulante	5.335.635	224.642	5.560.277	5.388.598	224.642	5.613.240
Não circulante						
Arrendamento mercantil	-	1.722.826	1.722.826	-	1.722.826	1.722.826
Demais passivos	1.091.826	-	1.091.826	1.105.271	-	1.105.271
Total do passivo não circulante	1.091.826	1.722.826	2.814.652	1.105.271	1.722.826	2.828.097
Patrimônio líquido	2.302.872	-	2.302.872	2.302.872	-	2.302.872
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	8.730.333	1.947.468	10.677.801	8.796.741	1.947.468	10.744.209

iv) Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 1,9 bilhões de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 279.774 (R\$ 292.281 no Consolidado) de depreciação e R\$ 147.715 (R\$ 152.353 no Consolidado) de juros destes arrendamentos.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial - IFRS 16	1.947.468	1.947.468
Remensuração	77.962	87.455
Adição	384.869	384.869
Custos diretos iniciais	43.375	43.375
Transferência de Imobilizado	8.495	8.495
Transferência de Intangível	22.345	22.345
Adição por combinação de negócios	-	72.973
Baixa	(913)	(913)
Depreciação	(279.774)	(292.281)
Total	2.203.827	2.273.786
Composição		
Valor do custo	2.606.785	2.697.648
Depreciação acumulada	(402.958)	(423.862)
Imobilizado líquido	2.203.827	2.273.786

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial	1.947.468	1.947.468
Remensuração de contratos	77.962	87.455
Adição de novos contratos	386.015	386.015
Adição por combinação de negócios	-	73.693
Pagamento de principal	(205.695)	(214.309)
Pagamento de juros	(147.715)	(152.353)
Juros provisionados	147.715	152.353
Saldo final	2.205.750	2.280.322
Passivo circulante	311.960	330.571
Passivo não circulante	1.893.790	1.949.751

v) Informações adicionais

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação publicadas no Ofício Circular 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

Fluxos contratuais na adoção inicial:

Maturidade Vencimento	Taxa média Desconto	Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidado						Acima de 2025
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	
2020-2022	7,80%	38.626	36.902	17.494	-	-	-	-
2023-2025	7,80%	98.361	98.361	98.361	82.618	53.498	21.727	-
2026-2028	7,90%	141.691	141.691	141.691	141.691	141.691	141.691	207.492
2029-2031	7,90%	11.312	11.312	10.926	10.849	10.849	10.849	47.551
2032-2034	7,90%	8.740	8.829	8.829	8.829	8.829	8.829	68.907
2035-2037	8,00%	11.358	11.358	11.358	11.358	11.358	11.358	123.570
acima de 2038	8,00%	11.289	11.294	11.295	11.295	11.295	11.295	140.255
Total		321.377	319.747	299.954	266.640	237.520	205.749	587.775
Inflação projetada¹		3,40%	3,40%	3,40%	3,60%	3,60%	3,60%	3,80%

Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2019:

Maturidade Vencimento	Taxa média Desconto	Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidado						Acima de 2025
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	
2020-2022	8,06%	59.004	50.088	50.250	-	-	-	-
2023-2025	8,16%	121.383	121.418	121.392	98.649	64.395	28.039	-
2026-2028	8,04%	160.797	161.069	160.478	160.205	160.205	160.158	238.678
2029-2031	7,90%	20.639	20.643	20.643	20.643	18.561	17.528	73.330
2032-2034	7,90%	9.335	9.364	9.364	9.364	9.364	9.364	73.276
2035-2037	8,00%	20.445	20.460	20.460	20.460	20.460	20.460	164.049
acima de 2038	8,00%	30.116	30.270	30.420	30.425	30.432	30.432	392.346
Total		421.719	413.312	413.007	339.746	303.417	265.981	941.679
Inflação projetada¹		3,40%	3,40%	3,40%	3,60%	3,60%	3,60%	3,80%

¹Taxa obtida através de cotações de cupons DI x ICPA futuros observadas na B3 (www.b3.com.br)

5.2 IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12 /CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis, uma vez que os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como provável que seja aceito pelas autoridades tributárias.

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Na nota explicativa 30 está descrita a política de risco de crédito e análise de sensibilidade.

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa		84.112	62.874	84.215	62.985
Bancos		83.506	73.186	156.403	75.310
Certificados de depósitos bancários	De 60% a 105% CDI	13.181	409.710	24.247	416.401
Fundos de investimentos não exclusivos	101% CDI	-	2.783	40.881	44.391
Total de caixa e equivalentes de caixa		180.799	548.553	305.746	599.087

8. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Títulos e valores mobiliários					
Fundo de investimento não exclusivo	97% CDI	12.094	11.455	14.323	11.669
Fundo de investimento exclusivo:	(a)				
Títulos públicos federais e operações compromissadas	Nota 11	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656
		4.434.049	397.656	4.434.049	397.656
Total de títulos e valores mobiliários		4.446.143	409.111	4.448.372	409.325
Circulante		4.446.143	409.111	4.448.158	409.111
Não Circulante		-	-	214	214

(a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

A análise de risco crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 30.

9. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota 30.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	2.036.665	1.477.322	2.121.008	1.492.316
Cartões de débito (a)	5.634	13.967	5.634	13.967
Crediário próprio (b)	345.655	224.146	341.513	229.229
Serviços a clientes (c)	185.716	121.469	185.716	121.469
Demais contas a receber	14.718	28.622	72.559	30.332
Total de contas a receber de clientes	2.588.388	1.865.526	2.726.430	1.887.313
Provenientes de acordos comerciais (d)	301.207	279.346	327.104	284.431
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(93.248)	(73.510)	(109.274)	(73.510)
Ajuste a valor presente	(12.384)	(39.106)	(12.384)	(39.106)
Total de contas a receber	2.783.963	2.032.256	2.931.876	2.059.128
Circulante	2.769.649	2.024.685	2.915.034	2.051.557
Não circulante	14.314	7.571	16.842	7.571

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 37 dias (30 dias em 31 de dezembro de 2018), na controladora e consolidado.

(a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora possuía créditos cedidos a instituições financeiras que montavam R\$1.405.428 (R\$ 1.360.242 em 31 de dezembro de 2018) e Consolidado R\$1.679.790 (R\$1.385.779 em 31 de dezembro de 2018), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 105% a 107% do CDI (104,5% a 107% em 2018). A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, liquida as contas a receber relativas a esses créditos. A diferença entre o valor de face e o valor justo dos recebíveis passou a ser registrado em outros resultados abrangentes e após a efetiva liquidação do contas a receber são registrados no resultado do exercício.

(b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.

(c) Refere-se principalmente a vendas intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.

(d) Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, negociações pontuais de campanhas de vendas, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(73.510)	(42.672)	(73.510)	(42.672)
(+) Adições	(99.385)	(86.008)	(105.672)	(86.008)
(+) Adições por aquisição de controlada	-	-	(16.786)	-
(+) Adoção inicial IFRS09	-	(14.726)	-	(14.726)
(-) Baixas	79.647	69.896	86.694	69.896
Saldo final	(93.248)	(73.510)	(109.274)	(73.510)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valores a vencer:								
Até 30 dias	526.828	168.436	581.871	190.223	23.716	45.816	45.039	50.901
Entre 31 e 60 dias	295.077	114.711	317.626	114.711	27.079	123.446	27.079	123.446
Entre 61 e 90 dias	313.013	122.706	328.798	122.706	97.994	69.490	97.994	69.490
Entre 91 e 180 dias	685.185	880.668	700.311	880.668	122.262	31.459	122.262	31.459
Entre 181 e 360 dias	683.473	524.688	695.840	524.688	18.899	1.513	18.899	1.513
Acima de 361 dias	21.195	14.348	21.198	14.348	-	-	-	-
	2.524.771	1.825.557	2.645.644	1.847.344	289.950	271.724	311.273	276.809
Valores vencidos:								
Até 30 dias	18.015	11.425	18.491	11.425	1.648	2.282	3.846	2.282
Entre 31 e 60 dias	10.005	7.160	10.005	7.160	6.488	1.779	7.662	1.779
Entre 61 e 90 dias	9.283	6.027	9.283	6.027	593	802	976	802
Entre 91 e 180 dias	26.314	15.357	43.007	15.357	2.528	2.759	3.347	2.759
	63.617	39.969	80.786	39.969	11.257	7.622	15.831	7.622
Total	2.588.388	1.865.526	2.726.430	1.887.313	301.207	279.346	327.104	284.431

10. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda	3.668.831	2.850.966	3.972.334	2.871.342
Material para consumo	17.018	8.699	25.277	8.699
Provisões para perdas nos estoques	(176.515)	(68.939)	(195.848)	(69.793)
Total	3.509.334	2.790.726	3.801.763	2.810.248

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui estoques de mercadorias para vendas dados em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$30.810 (R\$30.761 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(68.939)	(56.036)	(69.793)	(56.552)
Constituição da provisão	(266.558)	(44.203)	(266.861)	(44.541)
Adição por aquisição de controlada	-	-	(60.129)	-
Estoques baixados ou vendidos	158.982	31.300	200.935	31.300
Saldo final	(176.515)	(68.939)	(195.848)	(69.793)

11. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados CDC	15.635	10.176	15.635	10.176	199.309	162.544	199.309	162.544
Cartão de crédito	373	3.439	373	3.439	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	269.485	106.687	269.485	106.687	(262.817)	(232.550)	(262.817)	(232.550)
Dividendos a receber	(75.668)	(58.367)	(75.668)	(58.367)	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	14.274	1.322	14.274	1.322	-	-	-	-
	7.830	12.221	7.830	12.221	95.447	73.816	95.447	73.816
	231.929	75.478	231.929	75.478	31.939	3.810	31.939	3.810
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	49.712	46.825	49.712	46.825	417.371	352.252	417.371	352.252
Dividendos a receber	5.638	4.976	5.638	4.976	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(66.420)	(55.600)	(66.420)	(55.600)	-	-	-	-
Clawback - contrato exclusividade	-	(4.282)	-	(4.282)	-	-	-	-
	(11.070)	(8.081)	(11.070)	(8.081)	417.371	352.252	417.371	352.252
Total de Controladas em conjunto	220.859	67.397	220.859	67.397	449.310	356.062	449.310	356.062
Luiza Administradora de Consórcio ("LAC") (iii)								
Comissões por serviços prestados	1.078	1.286	-	-	14.747	12.413	-	-
Dividendos a receber	2.610	2.093	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	(1.060)	(1.063)	(1.060)	(1.063)	-	-	-	-
	2.628	2.316	(1.060)	(1.063)	14.747	12.413	-	-
Campos Floridos "Época" (iv)								
Comissões por serviços prestados	222	66	-	-	397	360	-	-
Donatelo - "Integra Commerce" (v)								
Reembolso de despesas compartilhadas	-	-	-	-	-	148	-	-
Magalu Log Serviços Logísticos "Magalog" (vi)								
Valores a receber	49	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com fretes	-	-	-	-	(26.249)	(1.929)	-	-
	49	-	-	-	(26.249)	(1.929)	-	-
Total de Controladas	2.899	2.382	(1.060)	(1.063)	(11.105)	10.992	-	-
MTG Adm., Asses. e Partic. S.A. (vii)								
Aluguéis e outros repasses	(1.262)	(1.222)	(1.269)	(1.225)	(24.822)	(23.573)	(24.822)	(23.616)
PJD Agropastoril Ltda. (viii)								
Aluguéis, fretes e outros repasses	(32)	(31)	(57)	(58)	(2.673)	(2.607)	(2.673)	(2.969)
LH Agrop., Adm. de Partic. Ltda. (ix)								
Aluguéis	(127)	(77)	(127)	(77)	(1.622)	(911)	(1.622)	(911)
ETCO - Sociedade em Conta de Participação. (x)								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(6.764)	(6.229)	(6.764)	(6.229)
Despesa com veiculação de mídia	(436)	(167)	(436)	(167)	(216.891)	(200.612)	(216.891)	(200.612)
	(436)	(167)	(436)	(167)	(223.655)	(206.841)	(223.655)	(206.841)
Total de outras partes relacionadas	(1.857)	(1.497)	(1.889)	(1.527)	(252.772)	(233.932)	(252.772)	(234.337)
Total de partes relacionadas	221.901	68.282	217.910	64.807	185.433	133.122	196.538	121.725

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de partes relacionadas	373.995	193.635	370.036	190.190
Contas a pagar a partes relacionadas	(152.094)	(125.353)	(152.126)	(125.383)
Total	221.901	68.282	217.910	64.807

Demais partes relacionadas: Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fundos de investimentos (xi)	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656	29.428	17.992	29.428	17.992

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- (a) Recebíveis em cartões de crédito *privatelabel* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora; e
 - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred.
- (ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas. Em 2018 foi registrado um saldo a pagar decorrente a "clawback" do contrato de exclusividade firmado em 2015 (nota 20).
- (iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- (iv) As transações com a Campos Floridos, referem-se ao custo de aquisição de mercadorias para revenda e também comissões com vendas via plataforma de *Marketplaceda* controladora.
- (v) As transações com a Donatelo - "Integra Commerce", referem-se a reembolso de despesas compartilhadas.
- (vi) As transações com a Magalu Log Serviços Logísticos "Magalog", referem-se a despesas com frete.
- (vii) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central e reembolso de despesas.
- (viii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas, aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias e despesas com copa e cozinha.
- (ix) As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais.
- (x) As transações com a ETCO, Sociedade em Conta de Participação que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (xi) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 8 - Títulos e valores mobiliários).

Adicionalmente, a Companhia participou de transações envolvendo a Luiza Factoring Fomento Mercantil Ltda., uma empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, que opera antecipando recebíveis de determinados fornecedores. Com essa operação a Companhia liquida o título inicialmente negociado com seus fornecedores com a Luiza Factoring, que por sua vez, antecipa o pagamento a tais fornecedores. As transações ocorridas em 2019 totalizaram R\$ 152.452 na controladora e R\$ 154.323 no consolidado, todas as transações com a Controladora foram liquidadas até o encerramento do exercício. No Consolidado, o saldo em aberto é de R\$ 1.871.

b) Remuneração da Administração

	2019		2018	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	4.586	37.986	3.833	25.264
Plano de incentivos atrelados a ações	94	37.025	94	4.913

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota explicativa 26. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 12 de abril de 2019, a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em que é previsto o limite máximo de remuneração de R\$ 65.285 (R\$ 28.480 em 31 de dezembro de 2018).

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar (a)	706.857	411.267	750.068	411.267
IRPJ e CSLL a recuperar	5.017	8.718	8.764	10.544
IRRF a recuperar	5.956	642	6.140	749
PIS e COFINS a recuperar (b)	1.097.269	27.230	1.227.982	29.242
Outros	2.514	2.513	8.980	2.513
	1.817.613	450.370	2.001.934	454.315
Ativo circulante	777.929	299.746	864.144	303.691
Ativo não circulante	1.039.684	150.624	1.137.790	150.624

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

(b) No exercício de 2019 a Companhia obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processos nos quais discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo processos relacionados à discussão do Magazine Luiza S.A. e sua incorporada FS Vasconcelos Ltda. Dois dos processos foram ajuizados no ano 2007, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2002 até o período de 2014, outro processo foi protocolado em 2017 que garante o direito ao crédito para o período pós Lei 12.973/14. O montante estimado e registrado para estes processos foi de R\$ 1.190.050, sendo R\$ 713.455 de principal e R\$ 476.595 de atualização monetária.

Também em 2019 transitou em julgado processo da controlada Netshoes sobre o mesmo tema, processo este ajuizado em 2014 e que garante o crédito tributário desde o período de 2009 até 2014, cujo montante estimado e registrado foi de R\$ 119.035, sendo R\$ 73.093 de principal e R\$ 45.942 de atualização monetária.

A compensação dos créditos estão ocorrendo na medida que as homologações via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil são efetuadas.

13. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.215.384	785.237	1.218.150	786.863
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(413.231)	(266.981)	(414.171)	(267.533)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	27.108	21.026	9.046	19.637
Efeito de juros sobre o capital próprio a pagar	57.800	38.080	57.800	38.080
Efeito de subvenção governamental ⁽ⁱ⁾	18.597	28.217	18.597	28.217
Efeito da inovação tecnológica	21.599	6.002	21.599	6.002
Efeito de juros sobre o capital próprio a receber	-	(9.265)	-	(9.265)
Lucro não tributável – Netshoes ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	15.898	-
Outras exclusões permanentes, líquidas	(5.429)	(4.887)	(5.091)	(4.572)
Débito de imposto de renda e contribuição social	(293.556)	(187.808)	(296.322)	(189.434)
Corrente	(119.299)	(128.640)	(125.241)	(132.913)
Diferido	(174.257)	(59.168)	(171.081)	(56.521)
Total	(293.556)	(187.808)	(296.322)	(189.434)
Taxa efetiva	24,2%	23,9%	24,3%	24,1%

- i. A Companhia possui subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas. Até o encerramento do exercício de 2019 e 2018, a Companhia cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.
- ii. A controlada Netshoes possui prejuízo fiscal no exercício social, porém obteve lucro líquido no período pós aquisição, tendo em vista o reconhecimento contábil dos créditos tributários descritos na nota explicativa 12. Assim, o lucro tributável desse período está sendo reconciliado para melhor apresentação

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Resultado	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Resultado	Advindos combinação de negócios	Saldo em 31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:							
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	56.140	(29.358)	26.782	62.004	(24.565)	-	37.439
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.993	6.711	31.704	24.993	6.711	-	31.704
Provisão para perda nos estoques	23.439	36.576	60.015	23.729	36.589	-	60.318
Provisão para ajustes a valor presente	8.906	(3.948)	4.958	8.906	(3.948)	-	4.958
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	113.426	86.360	199.786	116.796	82.990	71.735	271.521
Diferença temporária intangível	(41.679)	-	(41.679)	(41.679)	-	(107.053)	(148.732)
Depósitos judiciais	(31.134)	17.779	(13.355)	(31.134)	17.779	-	(13.355)
Créditos tributários diferidos (Nota 12)	-	(343.673)	(343.673)	-	(343.673)	-	(343.673)
Outras provisões	17.397	54.340	71.737	17.397	56.092	-	73.489
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	171.488	(175.213)	(3.725)	181.012	(172.025)	(35.318)	(26.331)

	Controladora			Consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Resultado	Adoção IFRS	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Resultado	Adoção IFRS	Advindo combinação de negócios	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:									
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	113.917	(57.777)	-	56.140	117.253	(55.249)	-	-	62.004
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.508	5.478	5.007	24.993	14.508	5.478	5.007	-	24.993
Provisão para perda nos estoques	19.052	4.387	-	23.439	19.229	4.500	-	-	23.729
Provisão para ajustes a valor presente	8.648	258	-	8.906	8.671	235	-	-	8.906
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	101.027	12.399	-	113.426	101.235	12.463	-	3.098	116.796
Variações cambiais	4.683	(4.683)	-	-	4.683	(4.683)	-	-	-
Amortização de intangível	(41.679)	-	-	(41.679)	(41.679)	-	-	-	(41.679)
Depósitos judiciais	(8.996)	(22.138)	-	(31.134)	(8.996)	(22.138)	-	-	(31.134)
Outras provisões	8.161	2.908	6.328	17.397	8.196	2.873	6.328	-	17.397
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	219.321	(59.168)	11.335	171.488	223.100	(56.521)	11.335	3.098	181.012

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa

	Saldo em 31/12/2018	Diferido Ativo	Diferido Passivo	Saldo em 31/12/2019
Magazine Luiza	171.488	-	(3.725)	(3.725)
Netshoes	-	-	(35.318)	(35.318)
Consórcio Luiza	272	585	-	585
Época	6.154	8.651	-	8.651
Magalog	-	378	-	378
Softbox	3.098	3.098	-	3.098
	181.012	12.712	(39.043)	(26.331)

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Ano de realização	Controladora	Consolidado
2020	27.186	41.751
2021	(78.483)	(65.973)
2022	(13.192)	(682)
2023	27.996	40.506
2024 em diante	32.768	(41.933)
	(3.725)	(26.331)

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos

A controlada Netshoes acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, em linha com o que determina a Instrução CVM 371/2002. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a controlada Netshoes apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Netshoes possui o montante de R\$ 402.277 de impostos diferidos não constituídos, sendo R\$ 265.585 relacionado a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$ 136.692 relacionado a diferenças temporárias.

14. Investimentos em controladas

a. Combinação de Negócios

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Grupo Softbox

Em 13 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade de controle das empresas Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia, que conjuntamente passamos a chamar de “Grupo Softbox” ou apenas “Softbox”.

A Softbox possuía na data de aquisição 256 colaboradores, sendo 174 desenvolvedores e especialistas em tecnologia, e oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final. A grande maioria das empresas brasileiras ainda está excluída do mundo digital, sem acesso a nenhum marketplace. Com a aquisição da Softbox, a Companhia vai ajudar na transformação de empresas analógicas em empresas digitais.

Contraprestação transferida

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 43.561, dividido em três formas de pagamento: i) R\$ 13.950 integralmente pagos no “*closing*” do processo de aquisição; ii) R\$ 13.950 a serem pagos ao longo de 5 anos; e iii) R\$ 15.661 a serem pagos em 5 anos mediante cessão de ações da Companhia, ou fundos imediatamente disponíveis em caso de inviabilidade da cessão de ações, sendo a quantidade de ações calculada na data de aquisição.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de Negócios para a efetivação da compra e segregação do ágio, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra. A Companhia apresentou de maneira prévia a alocação do valor justo em 2018. Em 2019, a Companhia está demonstrando os valores definitivos, tendo em vista a finalização dos estudos preparados por especialista.

	Softbox	Alocação	Valor justo
Ativo circulante	9.527	-	9.527
Intangível - Software (a)	8	9.900	9.908
Intangível - Base de clientes (b)	-	5.300	5.300
Intangível - Força de trabalho (c)	-	4.050	4.050
Intangível - Marca (d)	-	1.280	1.280
Demais ativos não circulantes	2.894	3.098	5.992
	12.429	23.628	36.057
Passivo circulante	7.633	-	7.633
Provisão para riscos tributários (e)	-	9.111	9.111
	7.633	9.111	16.744
Total líquido dos ativos identificáveis	4.796	14.517	19.313

Técnicas de avaliação dos ativos adquiridos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- Software: *Multi-Period Excess Earning Method* (MPEEM - Método dos lucros excedentes por vários períodos). O MPEEM mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Foi considerado 5 anos como expectativa de vida útil deste item.
- Carteira de clientes: utilizado o método de renda *With or Without*. Esta metodologia é comumente utilizada para avaliar esse tipo de intangível e calcula a diferença na geração de fluxos de caixa futuros entre dois cenários, um com a carteira de clientes e um cenário hipotético sem este ativo. Foi considerado 4 anos como expectativa de vida útil deste item.
- Força de trabalho: utilizado o método de custo de reposição.
- Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la. A vida útil deste item é indeterminada.
- Riscos tributários identificados passíveis de questionamento por autoridades competentes. A avaliação da administração é que existem riscos em que uma saída de recursos é provável.

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida	43.561
Valor justo do patrimônio líquido	(19.313)
Ágio gerado na aquisição	<u>24.248</u>

O ágio gerado na aquisição perfaz um valor total de R\$ 24.248, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio das empresas adquiridas. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Softbox e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia.

Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Netshoes

Em 14 de junho de 2019 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações, que também compreende 100% do capital votante das empresas do Grupo Netshoes ("Netshoes"). Fundada em 2000, a Netshoes é uma empresa líder no varejo online de roupas, calçados e artigos esportivos, com 5,8 milhões de clientes ativos e marcas renomadas como Netshoes, Zattini e Shoestock. A aquisição representa um passo significativo na estratégia de crescimento exponencial da Companhia, aumentando a base de clientes online e a frequência de compra, e representa um marco na entrada em novas categorias com alto potencial de crescimento. A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 453.247, cujo desembolso foi completamente realizado na data de fechamento da operação. A Companhia incorreu em custos com honorários de especialistas relacionados a aquisição no montante de aproximadamente R\$ 30.830, registrados na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" (nota 27).

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de Negócios para a alocação do preço de compra e segregação do ágio, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra. Os ativos líquidos adquiridos estão assim apresentados:

	Netshoes	Alocação	Valor justo
Ativo circulante	448.019	(8.567)	439.452
Imobilizado (a)	73.570	16.243	89.813
Intangível - Base de clientes (b)	-	175.900	175.900
Intangível - Marca (c)	14.002	101.998	116.000
Intangível - Software (d)	126.954	4.423	131.377
Intangível - Força de trabalho (e)	-	16.297	16.297
Demais intangíveis	627	-	627
Demais ativos não circulantes (g)	235.513	57.569	293.082
	898.685	363.863	1.262.548
Passivo circulante	736.673	-	736.673
Provisão para riscos (f)	30.372	210.986	241.358
Demais passivos não circulantes (g)	210.935	107.053	317.988
	977.980	318.039	1.296.019
Total líquido dos ativos identificáveis	(79.295)	45.824	(33.471)

- (a) Imobilizado: a técnica de avaliação utilizada foi a de comparação de mercado e técnica de custo, que considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. Alocação relacionada principalmente à mais valia de benfeitorias em propriedade de terceiros;
- (b) Carteira de clientes: utilizado o método de renda *With or Without*. Esta metodologia é comumente utilizada para avaliar esse tipo de intangível e calcula a diferença na geração de fluxos de caixa futuros entre dois cenários, um com a carteira de clientes e um cenário hipotético sem este ativo. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. Foi considerado 6 anos como expectativa de vida útil deste item.
- (c) Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la. Alocação relacionada à força das marcas Netshoes, Zattini e Shoestock. A vida útil deste item é indeterminada.

- (d) Software: *Multi-Period Excess Earning Method* (MPEEM - Método dos lucros excedentes por vários períodos). O MPEEM mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Alocação relacionada principalmente aos softwares desenvolvidos internamente no Grupo Netshoes e que são fundamentais para a operação. Foi considerado 10 anos como expectativa de vida útil deste item;
- (e) Alocação determinada principalmente pelo custo de reposição da força de trabalho existente na adquirida;
- (f) O Grupo Netshoes possui riscos tributários identificados passíveis de questionamento por autoridades competentes. A avaliação da administração é que existem riscos em que uma saída de recursos é provável;
- (g) A alocação refere-se ao imposto de renda diferido ativo relacionado aos riscos tributários identificados e passivo sobre a alocação de intangíveis relacionados acima.

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida – A	453.247
Valor justo do patrimônio líquido – B	(33.471)
Ágio gerado na aquisição – (A-B)	<u>486.718</u>

O ágio gerado na aquisição perfaz um valor total de R\$ 486.718, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio das empresas adquiridas. É atribuído principalmente às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente.

Receitas e resultados incorporados

A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 14 de junho à 31 de dezembro de 2019 oriundos da aquisição, de R\$ 1.080.034 e R\$ 46.758, respectivamente. Importante ressaltar que esse resultado está impactado pelo reconhecimento dos créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme demonstrado na nota explicativa 12. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 1.701.808 e um prejuízo líquido de R\$ 192.430.

b. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Informações das controladas

Posição de Investimento	Consórcio Luiza	Época Cosméticos	Integra Commerce	Magalu Log	Softbox	Kelex	Certa	Netshoes	Magalu Pagamentos
	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
Quotas/ações possuídas	6.500	12.855	100	16.726	5.431	100	100	31.056.244	2.000.000
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativos circulantes	56.474	68.735	389	28.936	8.076	227	117	530.943	2.800
Ativos não circulantes	4.874	11.791	451	869	5.849	-	-	520.277	-
Passivos circulantes	14.336	64.055	19	23.476	7.599	3	32	693.202	808
Passivos não circulantes	2.640	-	-	-	-	-	-	121.656	-
Capital social	6.500	34.405	4.156	8.051	8.500	100	100	260.745	2.000
Patrimônio líquido	44.372	16.471	821	6.329	6.326	224	85	236.362	1.992
Receita líquida	84.756	198.138	111	23.250	34.477	162	-	1.080.034	74
Lucro (prejuízo) líquido	10.440	(4.852)	(320)	(734)	(2.226)	35	(7)	46.758	(8)

Movimentação	Consórcio Luiza	Época Cosméticos	Integra Commerce	Magalu Log	Softbox	Kelex	Certa	Netshoes	Magalu Pagamentos
	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
Saldos iniciais	36.542	57.077	2.861	8.373	40.399	974	477	-	-
AFAC	-	5.800	300	6.400	-	-	-	260.500	2.000
Investimentos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	453.247	-
Ajuste de preço de aquisição	-	-	-	-	1.711	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	902	-
Plano de opção de ação	-	-	-	-	-	-	-	7.497	-
Dividendos	(2.610)	-	-	-	-	-	-	-	-
Combinação de negócio	-	-	-	-	4.037	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	10.440	(4.852)	(320)	(734)	(2.226)	35	(7)	46.758	(8)
Saldos no fim do período	44.372	58.025	2.841	14.039	43.921	1.009	470	768.904	1.992

Posição de Investimento	Consórcio Luiza	Época Cosméticos	Integra Commerce	Magalu Log	Softbox	Kelex	Certa
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018
Quotas/ações possuídas	6.500	12.855	100	16.726	5.431	100	100
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativos circulantes	48.378	43.540	122	1.390	9.306	191	120
Ativos não circulantes	3.723	9.417	1.055	70	2.914	-	-
Passivos circulantes	13.047	37.434	335	796	4.789	2	28
Passivos não circulantes	2.512	-	-	-	1.822	-	-
Capital social	6.500	28.605	3.856	1.651	6.447	100	100
Patrimônio líquido	36.542	15.523	842	664	5.609	189	92
Receita líquida	71.251	127.098	306	2.762	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	8.814	(1.351)	(2.102)	(1.277)	-	-	-

Movimentação	Consórcio Luiza	Época Cosméticos	Integra Commerce	Magalu Log	Softbox
	2018	2018	2018	2018	2018
Saldos iniciais	29.821	46.577	2.132	-	-
AFAC	-	11.851	2.831	1.650	-
Investimentos em controladas	-	-	-	8.000	41.850
Dividendos	(2.093)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8.814	(1.351)	(2.102)	(1.277)	-
Saldos no fim do período	36.542	57.077	2.861	8.373	41.850

c. Conciliação do valor contábil

Investimento por empresa	PL	Ágio	Mais valia	2019
Consórcio Magalu	44.372	-	-	44.372
Época Cosméticos	16.471	36.827	4.727	58.025
Integra Commerce	821	-	2.020	2.841
Magalu Log	6.329	3.756	3.954	14.039
Softbox	6.326	23.078	14.517	43.921
Kelex	224	785	-	1.009
Certa	85	385	-	470
Netshoes	236.362	486.718	45.824	768.904
Magalu Bank	1.992	-	-	1.992
Total	312.982	551.549	71.042	935.573

Investimento por empresa	PL	Ágio	Mais valia	2018
Consórcio Magalu	36.542	-	-	36.542
Época Cosméticos	15.523	36.827	4.727	57.077
Integra Commerce	841	-	2.020	2.861
Magalu Log	663	3.756	3.954	8.373
Softbox	(125)	-	41.975	41.850
Total	53.444	40.583	52.676	146.703

15. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações contábeis da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2019 e 2018.

	Luizacred (a)		Luizaseg (b)	
	2019	2018	2019	2018
Ações totais - em milhares	1.054	1.054	133.883	133.883
Percentual de participação direta	50%	50%	50%	50%
Ativos circulantes	9.686.106	7.447.394	231.400	233.745
Ativos não circulantes	1.499.986	854.518	450.102	349.992
Passivos circulantes	10.445.936	7.560.045	305.904	238.613
Passivos não circulantes	149.214	165.347	134.598	117.549
Capital social	400.000	371.102	133.884	133.883
Patrimônio líquido	590.942	576.520	241.000	227.575
Receitas líquidas	2.568.222	2.002.175	564.582	474.950
Lucro líquido do exercício	40.326	87.650	47.476	41.924

Movimentação dos investimentos	Luizacred		Luizaseg	
	2019	2018	2019	2018
Saldos iniciais	288.260	293.574	20.202	17.773
Dividendos propostos	(12.952)	(22.323)	(19.807)	(11.768)
Outros resultados abrangentes	-	-	2.781	265
Adoção inicial IFRS 9	-	(56.816)	-	-
Aumento de capital	-	30.000	-	-
Lucros não realizados	-	-	(17.294)	(7.030)
Resultado de equivalência patrimonial	20.163	43.825	23.738	20.962
Saldos finais	295.471	288.260	9.620	20.202

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2019	2018
Luizacred (a)	295.471	288.260
Luizaseg (b)	120.500	113.788
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	(110.880)	(93.586)
Total de investimentos em controladas em conjunto	305.091	308.462

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora.
- (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.
- (c) Lucros não realizados decorrente de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi a seguinte:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 16	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	126.895	63.062	(24.432)	(697)	1.397	-	166.225
Máquinas e equipamentos	84.228	51.049	(7.461)	(327)	84	-	127.573
Veículos	17.706	4.924	(2.642)	(625)	(79)	(8.495)	10.789
Computadores e periféricos	62.886	50.240	(23.845)	(280)	823	-	89.824
Benfeitorias	327.930	213	(36.343)	(40)	195.858	-	487.618
Obras em andamento	108.457	175.697	-	(267)	(196.037)	-	87.850
Outros	21.361	7.661	(4.107)	(376)	(2.046)	-	22.493
	749.463	352.846	(98.830)	(2.612)	-	(8.495)	992.372

	Saldo em 01/01/2018	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	94.113	49.296	(19.108)	(646)	3.240	126.895
Máquinas e equipamentos	67.920	21.975	(5.591)	(158)	82	84.228
Veículos	11.073	10.225	(3.532)	(60)	-	17.706
Computadores e periféricos	38.606	40.728	(16.361)	(122)	35	62.886
Benfeitorias	333.311	-	(53.204)	(10)	47.833	327.930
Obras em andamento	8.251	150.438	-	(311)	(49.921)	108.457
Outros	13.811	11.869	(2.960)	(90)	(1.269)	21.361
	567.085	284.531	(100.756)	(1.397)	-	749.463

	2019			2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	306.354	(140.129)	166.225	246.549	(119.654)	126.895
Máquinas e equipamentos	174.906	(47.333)	127.573	124.261	(40.033)	84.228
Veículos	27.762	(16.973)	10.789	41.957	(24.251)	17.706
Computadores e periféricos	258.470	(168.646)	89.824	208.843	(145.957)	62.886
Benfeitorias	915.405	(427.787)	487.618	719.399	(391.469)	327.930
Obras em andamento	87.850	-	87.850	108.457	-	108.457
Outros	42.708	(20.215)	22.493	37.517	(16.156)	21.361
	1.813.455	(821.083)	992.372	1.486.983	(737.520)	749.463

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Adição por aquisição de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 2016	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	126.911	63.076	3.630	(24.747)	(697)	1.516	-	169.689
Máquinas e equipamentos	84.228	51.053	28.051	(9.042)	(377)	311	-	154.224
Veículos	17.706	5.023	37	(2.694)	(625)	2	(8.495)	10.954
Computadores e periféricos	62.972	50.644	7.699	(25.421)	(297)	1.250	-	96.847
Benfeitorias	327.930	391	33.064	(45.683)	(173)	196.863	-	512.392
Obras em andamento	108.457	177.015	1.089	-	(267)	(196.037)	-	90.257
Outros	26.049	8.852	16.243	(4.522)	(376)	(3.905)	-	42.341
	754.253	356.054	89.813	(112.109)	(2.812)	-	(8.495)	1.076.704

	Saldo em 01/12/2018	Adições	Adição por aquisição de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	94.129	49.298	-	(19.110)	(646)	3.240	126.911
Máquinas e equipamentos	67.922	21.975	-	(5.591)	(160)	82	84.228
Veículos	11.073	10.225	-	(3.532)	(60)	-	17.706
Computadores e periféricos	38.659	40.770	-	(16.370)	(122)	35	62.972
Benfeitorias	333.311	-	-	(53.204)	(10)	47.833	327.930
Obras em andamento	8.251	150.438	-	-	(311)	(49.921)	108.457
Outros	15.682	12.366	2.687	(3.325)	(92)	(1.269)	26.049
	569.027	285.072	2.687	(101.132)	(1.401)	-	754.253

	2019			2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	312.735	(143.046)	169.689	246.567	(119.656)	126.911
Máquinas e equipamentos	215.280	(61.056)	154.224	124.261	(40.033)	84.228
Veículos	28.153	(17.199)	10.954	41.957	(24.251)	17.706
Computadores e periféricos	285.748	(188.901)	96.847	208.940	(145.968)	62.972
Benfeitorias	976.809	(464.417)	512.392	719.399	(391.469)	327.930
Obras em andamento	90.257	-	90.257	108.457	-	108.457
Outros	64.147	(21.806)	42.341	44.596	(18.547)	26.049
	1.973.129	(896.425)	1.076.704	1.494.177	(739.924)	754.253

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou R\$ 510 (R\$ 2.146 em 31 de dezembro de 2018), referente aos custos de empréstimos capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos. Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o cálculo dos custos de empréstimos passíveis de serem capitalizados.

c) *Taxas de depreciação*

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2019	2018
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	8,1%	7,6%

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R\$ 186.816 (R\$ 154.632 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) *Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"*

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

17. Intangível

Política contábil

Os ativos intangíveis representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio) são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado.

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 3.2.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento".

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi a seguinte:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 16	Saldo em 31/12/2019
Ágio	313.856	-	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	22.345	-	-	-	-	(22.345)	-
Software	156.247	16.985	(59.405)	(2)	96.743	-	210.568
Projetos em andamento	8.972	90.165	-	(67)	(96.743)	-	2.327
Outros	119	-	-	(1)	-	-	118
	501.539	107.150	(59.405)	(70)	-	(22.345)	526.869

	Saldo em 01/01/2018	Adições	Amortização	Baixas	Transferência		Saldo em 31/12/2018
Ágio	313.856	-	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	27.334	74	(5.063)	-	-	-	22.345
Software	143.735	18.499	(55.992)	(7)	50.012	-	156.247
Projetos em andamento	1.067	57.917	-	-	(50.012)	-	8.972
Outros	119	-	-	-	-	-	119
	486.111	76.490	(61.055)	(7)	-	-	501.539

	2019			2018		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Fundo de comércio	25.988	(25.988)	-	139.479	(117.134)	22.345
Software	492.723	(282.155)	210.568	398.661	(242.414)	156.247
Projetos em andamento	2.327	-	2.327	8.972	-	8.972
Outros	118	-	118	6.654	(6.535)	119
	846.607	(319.738)	526.869	879.217	(377.678)	501.539

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Adições por aquisição de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Transferência IFRS 16	Saldo em 31/12/2019
Ágio	398.434	-	489.520	-	-	(20.529)	-	867.425
Fundo de comércio	24.579	-	-	-	-	-	(22.345)	2.234
Carteira de clientes	-	-	175.900	-	-	-	-	175.900
Software	162.952	31.890	131.948	(82.569)	(2)	106.643	-	350.862
Projetos em andamento	8.972	90.165	-	-	(67)	(96.743)	-	2.327
Marca e patentes	3.649	-	116.056	-	-	1.280	-	120.985
Outros	236	30	16.297	(16)	(1)	9.349	-	25.895
	598.822	122.085	929.721	(82.585)	(70)	-	(22.345)	1.545.628

	Saldo em 01/01/2018	Adições	Adições por aquisição de controladora	Amortização	Baixas	Transferência		Saldo em 31/12/2018
Ágio	352.703	-	45.731	-	-	-	-	398.434
Fundo de comércio	29.073	74	495	(5.063)	-	-	-	24.579
Software	146.011	21.317	3.108	(57.489)	(7)	50.012	-	162.952
Projetos em andamento	1.067	57.917	-	-	-	(50.012)	-	8.972
Marca e patentes	3.387	-	262	-	-	-	-	3.649
Outros	119	26	97	(6)	(6)	-	-	236
	532.360	79.334	49.693	(62.558)	(7)	-	-	598.822

	2019			2018		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	879.020	(11.595)	867.425	410.029	(11.595)	398.434
Fundo de comércio	28.222	(25.988)	2.234	141.713	(117.134)	24.579
Carteira de clientes	175.900	-	175.900	-	-	-
Software	777.351	(426.489)	350.862	409.119	(246.167)	162.952
Projetos em andamento	2.327	-	2.327	8.972	-	8.972
Marcas e patentes	121.487	(502)	120.985	3.649	-	3.649
Outros	25.913	(18)	25.895	6.429	(6.193)	236
	2.010.220	(464.592)	1.545.628	979.911	(381.089)	598.822

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação para o ágio na aquisição de novas redes de empresas de varejo compreende a apuração dos valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual corresponde ao agrupamento de todas as lojas das redes adquiridas, que totalizaram R\$ 313.856 em 2019 e 2018 e já foram incorporadas.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	<u>Taxa (a.a)</u>
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	10,8% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	4,8%
Perpetuidade	3,5%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda - mercado interno	5.372.599	4.022.357	5.867.239	4.050.931
Outros fornecedores	67.258	81.108	99.698	89.319
Ajuste a valor presente	(26.311)	(35.006)	(32.060)	(35.006)
Total de fornecedores	5.413.546	4.068.459	5.934.877	4.105.244

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a receber o valor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite da Companhia, somava R\$ 1.389.804 (R\$ 781.549 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 1.432.179 (R\$ 781.549 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantias	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Debêntures - 7ª. emissão (a)	113,5% do CDI	Clean	mar/20		- 306.545		- 306.545
Notas promissórias - 3ª emissão	112,0% do CDI	Clean	mai/19		- 113.931		- 113.931
Notas promissórias - 4ª emissão (b)	104,0% do CDI	Clean	jun/21	822.542		- 822.542	
Financiamento de Inovação – FINEP (c)	4% a.a.	Finança bancária	dez/22	22.215	29.620	22.215	29.620
Financiamento de Expansão – BNB (d)	7% a.a.	Finança bancária	dez/22	2.203	2.936	2.203	2.936
Outros	113,5% do CDI	Clean	mar/20	94	1.055	1.869	2.935
Total de empréstimos e financiamentos				847.054	454.087	848.829	455.967
Circulante				8.192	130.685	9.967	130.743
Não circulante				838.862	323.402	838.862	325.224

- (a) A 7ª. emissão de debêntures foi liquidada, de forma antecipada, no exercício de 2019.
- (b) A Companhia realizou em 16 de junho de 2019 a 4ª. emissão de notas promissórias comerciais, em série única, sendo emitidas 160 notas com valor nominal unitário de R\$ 5.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Os valores captados serão utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia.
- (c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.
- (d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA).

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	454.087	871.498	455.967	871.498
Captação	798.944	-	798.944	-
Advindo de aquisição de controlada	-	-	201.857	1.880
Pagamento de principal	(407.247)	(412.590)	(607.002)	(412.590)
Pagamento de juros	(49.560)	(53.157)	(52.320)	(53.157)
Juros provisionados	50.830	49.714	51.383	49.714
Hedge de valor justo	-	(1.378)	-	(1.378)
Saldo final	847.054	454.087	848.829	455.967

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Vencimento	Consolidado	Consolidado
2020	8.192	9.967
2021	796.437	796.437
2022	25.166	25.166
2023	17.259	17.259
Total	847.054	848.829

Covenants

A 4ª emissão de Notas Promissórias possui cláusula restritiva (“covenants”) equivalente à manutenção da relação “Dívida Líquida ajustada/EBITDA Ajustado” não superior a 3,0 vezes.

Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário.

20. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita diferida com terceiros:				
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	104.814	122.283	104.814	122.283
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	96.500	109.000	96.500	109.000
Outros contratos	-	-	21.157	-
	201.314	231.283	222.471	231.283
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	110.766	121.854	110.766	121.854
Contrato de exclusividade com a Luizaseg(a)	66.600	77.000	66.600	77.000
	177.366	198.854	177.366	198.854
Total de receitas diferidas	378.680	430.137	399.837	430.137
Passivo circulante	39.157	39.157	43.036	39.157
Passivo não circulante	339.523	390.980	356.801	390.980

(a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

21. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas pendentes de entrega	242.085	193.136	252.638	193.136
Valores a repassar a parceiros	123.419	87.575	123.419	87.575
Serviços especializados	31.679	-	47.496	-
Despesas a pagar	110.320	44.007	234.851	44.007
Valores a pagar ex-cotistas	10.581	47.638	10.581	47.638
Outros	19.741	31.449	34.707	35.465
	537.825	403.805	703.692	407.821
Circulante	537.825	403.805	701.719	406.109
Não circulante	-	-	1.973	1.712

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Política contábil

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os riscos conhecidos na data do balanço patrimonial considerados prováveis de perda, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	328.547	14.971	33.926	377.444
Adições	413.122	8.800	28.311	450.233
Reversões	(39.819)	-	(1.286)	(41.105)
Pagamentos	(10.905)	(7.499)	(22.832)	(41.236)
Atualizações	22.602	-	-	22.602
Saldos em 31 de dezembro de 2019	713.547	16.272	38.119	767.938

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	337.658	15.181	34.516	387.355
Adições	430.926	10.650	29.427	471.003
Adições advinda de comb.negócio	26.451	2.481	1.440	30.372
Alocação de preço em combinação de negócios – nota 14	210.986	-	-	210.986
Reversões	(39.819)	(190)	(1.464)	(41.473)
Pagamentos	(10.905)	(8.992)	(23.830)	(43.727)
Atualizações	22.603	-	-	22.603
Saldos em 31 de dezembro de 2019	977.900	19.130	40.089	1.037.119

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 225.360 (R\$ 50.562 em 31 de dezembro de 2018), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 179.870 (R\$ 117.278 em 31 de dezembro de 2018) e tributos municipais no montante de R\$ 26 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 457.618 (R\$ 169.395 em 31 de dezembro de 2018), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 114.664 (não apresentaram provisões em 31 de dezembro de 2018) e os tributos municipais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 362 (R\$ 362 em 31 de dezembro de 2018).

b) Processos cíveis

A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$ 19.130 em 31 de dezembro de 2019 (R\$15.181 em 31 de dezembro de 2018), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Processos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 40.089 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 34.516 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 570.142 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 349.239 em 31 de dezembro de 2018).

d) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 1.791.196 (R\$ 1.342.949 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 1.887.776 (R\$ 1.360.610 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 425.727 (R\$ 449.789 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 485.723 (R\$ 475.383 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 2.446 (R\$ 1.401 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 2.458 (R\$ 1.401 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de

tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo judicial e autuação em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção, que segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

e) **Processos de natureza ativa**

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. As ações ativas da Companhia envolvendo o tema da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS foram transitadas em julgado com decisão definitiva favorável à Companhia neste período, como demonstrado na nota explicativa 12.

23. **Patrimônio líquido**

a) Capital Social

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 31 de julho de 2019, proposta de desdobramento de ações, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para 08 (oito) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 190.591.464 para 1.524.731.712, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Oferta Pública de Ações - "Follow-On"

Em 30 de outubro de 2019, a Companhia deu início a uma oferta pública de ações com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, compreendendo distribuição primária de 100.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia e distribuição secundária de 10.000.000 ações ordinárias de titularidade de acionistas vendedores. O preço por ação foi fixado em R\$ 43,00, após conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais.

Assim, o montante total da Oferta Restrita, com base no preço por ação foi de R\$ 4.730.000, sendo que R\$ 4.300.000 refere-se à distribuição primária e R\$ 430.000 refere-se à distribuição secundária. O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, anteriormente a Oferta Restrita e após a conclusão da Oferta Restrita, não considerando as despesas da Oferta:

Composição acionária	Quantidade	Valor (em R\$)
Antes da Oferta Restrita	1.524.731.712	1.719.886.220
Oferta Restrita	100.000.000	4.300.000.000
Após Oferta Restrita	1.624.731.712	6.019.886.220

A Oferta Restrita encerrou-se em 18 de Novembro de 2020. Os recursos líquidos oriundos da Oferta Primária serão destinados para: (i) investimentos em ativos de longo prazo, incluindo: (a) a expansão da plataforma de marketplace; (b) investimentos em tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento; (c) automação dos centros de distribuição, (d) iniciativas em serviços digitais; (e) expansão de novas categorias; (f) abertura de novas lojas; (g) transformação das lojas existentes em mini-centros de distribuição ("shoppable distribution centers"); e (h) aquisições estratégicas; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

Os custos da transação, líquidos dos efeitos de impostos estão reconhecidos, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, no montante de R\$ 67.604.

Dessa forma, já considerando o total de ações desdobradas, em 31 de dezembro de 2019 a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	958.888.395	59,02
Ações em circulação	661.714.161	40,73
Ações em tesouraria	4.129.156	0,25
Total	1.624.731.712	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 400.000.000 de novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R\$ 323.263 (R\$ 52.175 em 31 de dezembro de 2018).

Plano de opção de compra de ações

1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

Para este Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") tornaram-se elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia. Na primeira outorga do Plano, em 5 de janeiro de 2012, foram concedidas 10.197.856 opções pelo preço de exercício a R\$ 1,70 (já considerando o efeito de desdobramento de ações). O Plano vigorou pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo, encerrando em 05 de janeiro de 2020.

2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 9.707.808 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$ 1,18. Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo,

desde que o beneficiário permaneça vinculado à Companhia e tenha cumprido as carências do plano. Em 31 de dezembro de 2019 não haviam carências não cumpridas.

Valor justo

O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	43,5%	37,9%
Taxa de juros livre de risco	10%	6%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas (b)	R\$0,83	R\$0,76

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano.

(b) Valores consideram o efeito de desdobramento de ações

A tabela a seguir demonstra a movimentação da quantidade de opções de ações e a média ponderada do preço de exercício das mesmas (MPPE):

	Após desdobramento		Antes desdobramento	
	Quantidade	MPPE ¹	Quantidade	MPPE ¹
Em circulação em 1º de janeiro de 2018	5.591.360	R\$ 1,36	698.920	R\$ 10,88
exercidas durante o período ²	(2.559.552)	R\$ 1,39	(319.944)	R\$ 11,14
Em circulação em 31 de dezembro de 2018	3.031.808	R\$ 1,33	378.976	R\$ 10,66
exercidas durante o período ²	(1.423.088)	R\$ 1,50	(177.886)	R\$ 12,02
Em circulação em 31 de dezembro de 2019	1.608.720	R\$ 1,18	201.090	R\$ 9,45

¹Média Ponderada do Preço de Exercício das Opções de Ações: calculada com base nos termos contratuais, sem considerar a correção monetária do preço de exercício.

²O preço médio ponderado das ações na data de exercício das opções foi de R\$ 25,39 em 2019 após desdobramento (R\$ 203,15 antes do desdobramento) e R\$ 48,82 em 2018 após desdobramento (R\$ 97,64 antes do desdobramento).

Plano de incentivo baseado em ações

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

A tabela a seguir demonstra o total de ações outorgadas em cada programa instituído pelo Conselho de Administração da Companhia:

Tipo de programa	Data outorga	Número de ações outorgadas ¹	Valor justo ²	Prazo máximo carência
1° Matching share	28 de junho de 2017	4.411.584	R\$3,88	4 anos e 10 meses
2° Matching share	05 de abril de 2018	2.338.344	R\$12,30	5 anos
3° Matching share	04 de abril de 2019	555.336	R\$20,20	5 anos
1° Restricted share	05 de abril de 2018	535.744	R\$12,30	3 anos
2° Restricted share	04 de abril de 2019	513.552	R\$20,20	3 anos
3° Restricted share ³	05 de junho de 2019	798.895	R\$23,90	3 anos
1° Performance share	20 de fevereiro de 2019	10.755.152	R\$20,31	5 anos
		19.908.607	R\$15,65	

¹O número de ações outorgadas e seus respectivos valores justos já consideram o desdobramento de ações aprovado em 31 de julho de 2019.

²Refere-se a média ponderada do valor justo calculado em cada programa.

³ Plano outorgado para colaboradores da controlada Netshoes.

Adicionalmente aos planos acima demonstrados, a Companhia outorgou 2.229.047 ações (considerando o desdobramento de ações) no processo de aquisição do grupo Softbox, parte vinculada ao preço de aquisição aos ex-proprietários da adquirida que continuam atuando como colaboradores e parte aos demais colaboradores. O valor justo mensurado na data de outorga foi de R\$ 22,73 (considerando o desdobramento de ações) e o prazo de carência máximo do plano é de 5 anos.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 109.001 (R\$ 65.644 em 31 de dezembro de 2018).

d) Ações em tesouraria

	Após desdobramento		Antes do desdobramento	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Em 1° de janeiro de 2018	10.880.480	13.955	1.360.060	13.955
Adquiridas no exercício	6.947.200	87.984	868.400	87.984
Alienadas no exercício	(4.809.496)	(14.924)	(601.187)	(14.924)
Em 31 de dezembro de 2018	13.018.184	87.015	1.627.273	87.015
Adquiridas no período	4.265.444	142.773	533.181	142.773
Alienadas no período	(13.154.472)	(105.255)	(1.644.309)	(105.255)
Em 31 de dezembro de 2019	4.129.156	124.533	516.145	124.533

A Companhia alienou ações em tesouraria no período pelo montante total de R\$ 284.217. A redução do saldo de ações em tesouraria é igual a média ponderada do custo incorrido para adquirir as ações. Qualquer excesso de dinheiro recebido pela alienação sobre a redução das ações em tesouraria é registrado como reserva de capital.

As opções de ações exercidas no período foram pagas utilizando as ações em tesouraria da Companhia.

e) Reservas de lucros

Na rubrica de Reserva de lucros está registrada a reserva específica de reforço de capital de giro, no valor total de R\$ 949.335 e a reserva de incentivos fiscais, no valor de R\$ 205.987.

f) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 170.000, adicionais à proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$ 290.914, totalizando a proposta de distribuição de R\$ 460.914, o que equivale a 50% dos lucros líquidos, dos quais R\$ 123.566 referem-se a dividendos mínimos obrigatórios.

As destinações do resultado serão remetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 09 de abril de 2020.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem registrado na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 3.168 (R\$ 5.331 em 31 de dezembro de 2018), relacionado aos ajustes a valor justo de ativos financeiros.

h) Lucro por ação

Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	2019	2018	2019	2018
Em milhares				
Total de ações ordinárias	1.624.731.712	1.524.731.712	1.624.731.712	1.524.731.712
Efeito de ações em tesouraria	(4.129.156)	(13.018.184)	(4.129.156)	(13.018.184)
Efeito dos planos de ações ao serem exercidas (a)	-	-	18.823.013	11.729.072
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.620.602.556	1.511.713.528	1.639.425.569	1.523.442.600
Lucro líquido do exercício	921.828	597.429	921.828	597.429
Lucro por ação: (em Reais)	0,569	0,395	0,562	0,392

a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima. As quantidades de ações e valores do lucro por ação já consideram o desdobramento de ações ocorrido em 31 de julho de 2019.

24. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços - são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços:

- intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- integração e gestão entre lojistas e marketplaces; e
- administração de consórcios na controlada Luiza Administradora de Consórcios, onde a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadorias	21.480.674	17.863.053	23.141.019	18.016.152
Varejo - prestações de serviços	1.102.928	796.567	1.132.489	802.153
Outros serviços	-	-	103.625	78.208
	22.583.602	18.659.620	24.377.133	18.896.513
Impostos e devoluções:				
Varejo - revenda de mercadorias	(3.972.172)	(3.178.321)	(4.354.851)	(3.204.322)
Varejo - prestações de serviços	(119.569)	(95.562)	(119.591)	(95.623)
Outros serviços	-	-	(16.381)	(6.124)
	(4.091.741)	(3.273.883)	(4.490.823)	(3.306.069)
Receita líquida de vendas	18.491.861	15.385.737	19.886.310	15.590.444

25. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos:				
Das mercadorias revendidas	(13.464.405)	(10.941.965)	(14.259.726)	(11.031.074)
De outros serviços	-	-	(72.623)	(21.948)
	(13.464.405)	(10.941.965)	(14.332.349)	(11.053.022)

26. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal (a)	(1.995.490)	(1.562.569)	(2.132.269)	(1.572.662)
Despesas com prestadores de serviços	(1.051.840)	(839.500)	(1.328.526)	(866.042)
Outras	(269.798)	(819.741)	(268.242)	(851.497)
Total	(3.317.128)	(3.221.810)	(3.729.037)	(3.290.201)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Classificados por função como:</u>				
Despesas com vendas	(3.134.586)	(2.713.474)	(3.444.112)	(2.747.447)
Despesas gerais e administrativas	(534.573)	(557.944)	(701.587)	(596.143)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 27)	352.031	49.608	416.662	53.389
Total	(3.317.128)	(3.221.810)	(3.729.037)	(3.290.201)

- (a) A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, "cheque-mãe", além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2019 foi de R\$ 280.070 para a controladora (R\$ 196.259 em 2018) e R\$ 305.553 para o consolidado (R\$ 197.136 em 2018).

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

27. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	4.986	(88)	7.235	(88)
Apropriação da receita diferida (a)	51.457	76.947	53.118	76.947
Créditos tributários (b)	731.197	-	816.467	-
	787.640	76.859	876.820	76.859
Provisão para riscos tributários	(227.999)	(14.113)	(240.702)	(10.331)
Honorários especialistas (c)	(134.318)	-	(149.646)	-
Despesas pré-operacionais	(21.241)	(13.207)	(21.241)	(13.207)
Contratos de retenção e outros (d)	(52.051)	69	(48.569)	68
	(435.609)	(27.251)	(460.158)	(23.470)
	352.031	49.608	416.662	53.389

- (a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na nota explicativa 20.
- (b) Refere-se no exercício de 2019 ao reconhecimento dos efeitos apurados e registrados para o trânsito em julgado das ações da Companhia e suas controladas sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme demonstrado na nota explicativa 12.
- (c) Gastos referentes aos custos assessoriais para aquisição da Netshoes, bem como honorários advocatícios de êxito para os processos acima citados.
- (d) Refere-se principalmente a contratos de não competição realizados com executivos da Companhia.

28. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii)- ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo. Adicionalmente, a Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	49.982	72.964	49.982	72.964
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	29.845	24.370	8.544	8.771
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	7.705	5.678	7.807	5.678
Atualizações monetárias (a)	497.445	45.126	543.523	45.126
Outros	29.324	1.390	31.061	1.390
	614.301	149.528	640.917	133.929
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(49.465)	(50.163)	(56.371)	(50.163)
Juros arrendamento mercantil	(147.715)	-	(152.353)	-
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(388.737)	(303.956)	(402.308)	(305.422)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(29.679)	(26.271)	(29.679)	(26.271)
Impostos sobre resultado financeiro	(30.230)	(9.312)	(30.245)	(9.312)
Outros	(35.464)	(36.844)	(40.374)	(37.449)
	(681.290)	(426.546)	(711.330)	(428.617)
Resultado financeiro líquido	(66.989)	(277.018)	(70.413)	(294.688)

- (a) Refere-se fundamentalmente à atualização monetária dos efeitos apurados e registrados para o trânsito em julgado das ações da Companhia e suas controladas sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme demonstrado na nota explicativa 12.

29. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*);

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio das controladas do Grupo Softbox.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	2019					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminações (b)	
Receita bruta	24.273.508	1.284.111	282.291	159.100	(1.621.877)	24.377.133
Deduções da receita	(4.474.442)	-	-	(16.381)	-	(4.490.823)
Receita líquida do segmento	19.799.066	1.284.111	282.291	142.719	(1.621.877)	19.886.310
Custos	(14.259.726)	(127.167)	(26.528)	(87.370)	168.442	(14.332.349)
Lucro bruto	5.539.340	1.156.944	255.763	55.349	(1.453.435)	5.553.961
Despesas com vendas	(3.481.736)	(429.770)	(221.059)	(3.104)	691.557	(3.444.112)
Despesas gerais e administrativas	(662.698)	(16.915)	(26.058)	(38.889)	42.973	(701.587)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(74.345)	(636.797)	-	(1.648)	636.797	(75.993)
Depreciação e amortização	(486.011)	(5.962)	(5.084)	(964)	11.046	(486.975)
Equivalência patrimonial	38.144	-	-	-	(11.537)	26.607
Outras receitas operacionais	413.047	(32.806)	198	3.615	32.608	416.662
Receitas financeiras	637.896	-	18.067	3.021	(18.067)	640.917
Despesas financeiras	(710.751)	-	(40)	(579)	40	(711.330)
Imposto de renda e contribuição social	(291.058)	(14.531)	(15.343)	(5.264)	29.874	(296.322)
Lucro líquido do período	921.828	20.163	6.444	11.537	(38.144)	921.828

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial Outros serviços (Nota 14)	11.537
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 15)	20.163
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 15)	6.444
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	38.144
(-) Efeito de eliminação Outros serviços	(11.537)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	26.607

a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos, Integra Commerce e Netshoes. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados

líquidos das operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

- b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.
- c) As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos e não são regularmente revisadas pelo principal gestor de operações da Companhia.

Demonstrações do resultado

	2018					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminações (b)	
Receita bruta	18.830.718	1.001.088	237.475	80.137	(1.252.905)	18.896.513
Deduções da receita	(3.299.945)	-	-	(6.124)	-	(3.306.069)
Receita líquida do segmento	15.530.773	1.001.088	237.475	74.013	(1.252.905)	15.590.444
Custos	(11.031.074)	(91.577)	(19.376)	(34.361)	123.366	(11.053.022)
Lucro bruto	4.499.699	909.511	218.099	39.652	(1.129.539)	4.537.422
Despesas com vendas	(2.747.312)	(366.435)	(181.875)	(2.064)	550.239	(2.747.447)
Despesas gerais e administrativas	(568.552)	(12.577)	(18.067)	(27.591)	30.644	(596.143)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(59.737)	(418.910)	-	-	418.910	(59.737)
Depreciação e amortização	(163.294)	(5.926)	(4.725)	(396)	10.651	(163.690)
Equivalência patrimonial	65.294	-	-	-	(7.537)	57.757
Outras receitas operacionais	53.394	(16.918)	(4.670)	(5)	21.588	53.389
Receitas financeiras	131.536	-	16.690	2.393	(16.690)	133.929
Despesas financeiras	(428.430)	-	(59)	(187)	59	(428.617)
Imposto de renda e contribuição social	(185.169)	(44.920)	(11.461)	(4.265)	56.381	(189.434)
Lucro líquido do período	597.429	43.825	13.932	7.537	(65.294)	597.429

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial Outros serviços (Nota 14)	7.537
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 15)	43.825
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 15)	13.932
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	65.294
(-) Efeito de eliminação Outros serviços	(7.537)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	57.757

- d) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos e Integra Commerce. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.
- e) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.
- f) As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos e não são regularmente revisadas pelo principal gestor de operações da Companhia.

Balancos patrimoniais

	2019			Outros Serviços
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações De seguros	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	248.988	15.327	103	56.758
Títulos e valores mobiliários	4.446.143	37.975	270.552	2.229
Contas a receber	2.906.243	5.174.703	-	25.633
Estoques	3.801.763	-	-	-
Investimentos	410.894	-	-	-
Imobilizado, direito de uso e intangível	4.838.386	58.718	33.148	5.244
Outros	3.084.414	306.323	36.948	18.358
	19.736.831	5.593.046	340.751	108.222
Passivos				
Fornecedores	5.911.232	-	1.185	23.645
Empréstimos e financiamentos	847.054	-	-	1.775
Arrendamento mercantil	2.280.322	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	2.677.682	-	-
Operações com cartões de crédito	-	2.341.973	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	285.283	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.027.341	61.621	1.312	667
Receita diferida	399.837	12.986	-	-
Outras	1.706.108	203.313	43.351	22.807
	12.171.894	5.297.575	331.131	48.894
Patrimônio Líquido	7.564.937	295.471	9.620	59.328
Conciliação do investimento				
Investimentos em controladas				
Investimento Consórcio Magalu (Nota 14)	44.372			
Investimento Magalu Log (Nota 14)	14.039			
Investimento Grupo Softbox	45.400			
Investimento Magalu Bank (Nota 14)	1.992			
	105.803			
Investimentos em controladas em conjunto				
Investimento Luizacred (Nota 15)	295.471			
Investimento Luizaseg (Nota 15)	9.620			
	305.091			
Total dos investimentos	410.894			
(-) Efeito de eliminação	(105.803)			
(=) Resultado de investimento consolidado	305.091			

(*) Saldos consolidados contemplando Magazine Luiza S.A, Netshoes, Época Cosméticos e Integra Commerce.

Balancos patrimoniais

	2018			
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações De seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	549.048	8.671	121	46.796
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	409.111	36.513	219.617	-
Contas a receber	2.053.726	3.797.293	-	1.679
Estoques	2.810.248	-	-	-
Investimentos	395.227	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.298.891	64.078	38.105	1.809
Outros	1.248.382	244.401	34.026	3.277
	<u>8.764.633</u>	<u>4.150.956</u>	<u>291.869</u>	<u>53.561</u>
Passivos				
Fornecedores	4.101.560	-	1.051	3.155
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	454.087	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.931.922	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.737.286	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	233.835	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	377.444	65.654	1.411	800
Receita diferida	430.137	17.020	-	-
Outras	1.098.533	110.814	35.370	12.401
	<u>6.461.761</u>	<u>3.862.696</u>	<u>271.667</u>	<u>16.356</u>
Patrimônio líquido	<u>2.302.872</u>	<u>288.260</u>	<u>20.202</u>	<u>37.205</u>

Conciliação do investimento

Investimentos em controladas

Investimento Consórcio Magalu (Nota 14)	36.542
Investimento Magalu Log (Nota 14)	8.373
Investimento GSoftbox (Nota 14)	41.850
	<u>86.765</u>

Investimentos em controladas em conjunto

Investimento Luizacred (Nota 15)	288.260
Investimento Luizaseg (Nota 15)	20.202
	<u>308.462</u>

Total dos investimentos	395.227
(-) Efeito de eliminação	(86.765)
(=) Resultado de investimento consolidado	<u>308.462</u>

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A, Época Cosméticos e Integra Commerce.

30. Instrumentos financeiros

Política Contábil

(i) Classificação inicial e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ao Valor Justo (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento e compensação

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação do *impairment*

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora				Consolidado			
		2019		2018		2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	167.618	167.618	136.060	136.060	240.618	240.618	138.295	138.295
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	2.042.299	2.042.299	1.491.289	1.491.289	2.126.642	2.126.642	1.506.283	1.506.283
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Custo amortizado	741.664	741.664	540.967	540.967	805.234	805.234	552.845	552.845
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	104.510	104.510	86.948	86.948	100.551	100.551	83.503	83.503
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	-	-	106.687	106.687	-	-	106.687	106.687
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJORA	269.485	269.485	-	-	269.485	269.485	-	-
Equivalentes de caixa	VJR	7.914	7.914	408.907	408.907	7.914	7.914	408.907	408.907
Equivalentes de caixa	Custo amortizado	5.267	5.267	803	803	16.333	16.333	7.494	7.494
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	12.094	12.094	11.455	11.455	14.323	14.323	11.669	11.669
Títulos e valores mobiliários	VJR	4.434.049	4.434.049	397.656	397.656	4.434.049	4.434.049	397.656	397.656
Total de Ativos financeiros		7.784.900	7.784.900	3.180.772	3.180.772	8.015.149	8.015.149	3.213.339	3.213.339

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora				Consolidado			
		2019		2018		2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	Custo amortizado	5.413.546	5.413.546	4.068.459	4.068.459	5.934.877	5.934.877	4.105.244	4.105.244
Empréstimos e financiamentos (i)	Custo amortizado	847.054	847.054	454.087	454.087	848.829	848.829	455.967	455.967
Arrendamento mercantil (i)	Custo amortizado	2.205.750	2.205.750	-	-	2.280.322	2.280.322	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	152.094	152.094	125.353	125.353	152.126	152.126	125.383	125.383
Outras contas a pagar – ex-cotistas	Custo amortizado	10.581	10.581	47.638	47.638	10.581	10.581	-	-
Total de Passivos financeiros		8.629.025	8.629.025	4.695.537	4.695.537	9.226.735	9.226.735	4.686.594	4.686.594

(i) Mensurados com base no nível 2 de valor justo.

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A mensuração dos ativos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

Categoria de instrumentos financeiros - Ativos	Classificação	Controladora		Consolidado		Nível
		2019	2018	2019	2018	
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	2.042.299	1.491.289	2.126.642	1.506.283	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	-	106.687	-	106.687	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas – Cartão de Crédito	VJORA	269.485	-	269.485	-	
Equivalentes de caixa	VJR	7.914	408.907	7.914	408.907	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	VJR	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656	Nível 2
Total de Ativos financeiros		6.753.747	2.404.539	6.838.090	2.419.533	

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de recebíveis de cartão de crédito é determinado com base em premissas usualmente utilizadas para vendas de ativos similares, considerando os fluxos de caixa descontados por uma taxa de empresas adquirentes.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital

e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Uma três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores	5.934.877	5.934.877	-	-	5.934.877
Empréstimos e financiamentos	848.829	25.285	875.595	17.259	918.139
Partes relacionadas	152.126	152.126	-	-	152.126
Arrendamento mercantil	2.280.322	22.658	72.478	3.013.835	3.108.971
Outras contas a pagar ex-cotistas/sócios	10.581	4.461	5.899	1.035	11.395

Considerações sobre outros riscos financeiros

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços de seguros e financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.726.430 (R\$ 1.887.313 em 31 de dezembro de 2018). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 14.841 (R\$ 7.334 em 31 de dezembro de 2018), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na nota explicativa 9 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2019, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$ 4.459.324 (R\$ 821.604 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$ 4.5133.500 (R\$ 870.117 em 31 de dezembro 2018) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 4,40%. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras líquidas de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são como segue:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Certificados de depósitos bancários (nota 7)	13.181	24.247
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 7)	-	40.881
Equivalentes de caixa	13.181	65.128
Títulos e valores mobiliários (nota 8)	4.446.143	4.448.372
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>4.459.324</u>	<u>4.513.500</u>
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(847.054)	(848.829)
Exposição líquida	<u>3.612.270</u>	<u>3.664.671</u>
Receita financeira de juros - exposição a CDI		
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário I Provável	57.750	58.555
Cenário II Redução 25%	43.313	43.916
Cenário III Redução 50%	28.875	29.278

31. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos	22.522	8.391	19.912	6.298
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício	(123.566)	(182.000)	(123.566)	(182.000)
Outras contas a pagar - ex-Cotistas adquiridas	(13.950)	(46.850)	(13.950)	(46.850)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJORA	-	(36.219)	-	(36.219)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJR	-	(768)	-	(768)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - Controlada em conjunto	-	(56.816)	-	(56.816)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - efeito do IR/CS	-	12.576	-	12.576
Adoção inicial do IFRS 16 – Direito de Uso e arrendamento	1.947.468	-	1.947.468	-
Remensuração IFRS 16 – Direito de Uso e arrendamento	77.962	-	87.455	-
Adições IFRS 16 – Direito de Uso e arrendamento	428.244	-	428.244	-
Transferência de Imobilizado para Direito de uso - IFRS 16	8.495	-	8.495	-
Transferência de Intangível para Direito de uso - IFRS 16	22.345	-	22.345	-
Plano de opção de ações - Netshoes	-	-	7.497	-
Compensação de tributos a recuperar	(191.655)	-	(191.655)	-
Variação de valor justos de instrumentos financeiros	3.684	2.673	3.684	2.673

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Responsabilidade civil e D&O	100.000	70.000	230.425	70.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado	3.674.701	2.925.028	4.139.459	2.925.028
Veículos	22.872	22.872	35.706	22.872
	3.797.573	3.017.900	4.405.590	3.017.900

33. Eventos subsequentes

A Companhia está em fase avançada para conclusão da aquisição da Estante Virtual, que é uma plataforma de venda de livros novos e usados, sendo o maior marketplace de livros usados do Brasil. Com a aquisição, a Companhia aumenta a base de sellers do seu marketplace, acelerando a estratégia de expansão para novas categorias e maior frequência de compra em sua plataforma.